

MPF recebe relatório sobre exploração sexual de meninas Kalunga

(MPF, 06/07/2015) Os representantes do Ministério Público vão analisar o relatório, que aponta denúncias de que meninas nascidas em comunidades quilombolas seriam vítimas de abusos sexuais em troca de abrigo, comida e oportunidade de estudo. A questão foi tema de audiência pública realizada no final do mês de abril, na região, com a participação de integrantes da comunidade e do governo federal.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [MPF recebe relatório sobre exploração sexual de meninas Kalunga \(MPF, 06/07/2015\)](#)

Assembleia debate CPI para exploração sexual de quilombolas

(Diário da Manhã, 06/05/2015) Conforme anunciaram os parlamentares, o Poder Legislativo estadual poderá instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o que tem ocorrido no município onde residem os kalungas. “Fizemos a articulação junto aos colegas e temos o apoio para levar à frente essa nossa iniciativa”, disse o deputado estadual Cláudio Meirelles. A atuação do Legislativo estadual tem sido até agora tímida na investigação, análise e cobrança de solução para os casos. Precisou primeiro que a Câmara Federal levasse parlamentares de outros Estados para o município e outros órgãos entrassem em campo para defender os moradores da região, que sofrem estupros e outras modalidades de crimes e violências, para, enfim, a

Assembleia manifestar algum interesse na causa. Alguns parlamentares goianos acompanharam as diligências realizadas pelos deputados federais, caso de Simeyzon Silveira e Carlos Antonio, presidente da Comissão da Criança e Adolescente.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Assembleia debate CPI para exploração sexual de quilombolas \(Diário da Manhã, 06/05/2015\)](#)

Autoridades goianas prometem punir violência contra quilombolas

(Agência Brasil, 29/04/2015) Autoridades goianas se comprometeram com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e da Fundação Palmares a dar maior atenção do Judiciário e do Poder Público para coibir abusos contra meninas quilombolas no município de Cavalcante (Goiás).

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Autoridades goianas prometem punir violência contra quilombolas \(Agência Brasil, 29/04/2015\)](#)

Juiz determina correição para

apurar estupros de vulneráveis em Cavalcante

(TJGO, 22/04/2015) O juiz Lucas Mendonça Lagares, que responde pela comarca de Cavalcante, determinou, na sexta-feira (17), uma correição extraordinária na Escrivania Criminal e de Fazendas Públicas exclusivamente nas ações penais públicas que tratam de crimes de estupros contra vulneráveis em Cavalcante, Goiás, e a conclusão de todos os autos referentes a eles.

Além disso, o juiz convocou uma reunião com conselheiros tutelares, os secretários municipais de Turismo, José Ronaldo de Loth; de Assistência Social, Andrade Santana do Nascimento, e de Educação, professora Josefa dos Santos Silva, com o objetivo de firmar parcerias com os demais poderes no sentido de prevenir e combater a ocorrência desse tipo de delito, que, observou o magistrado, “não deveria ocorrer numa comarca de pequena extensão e número de habitantes”, principalmente sendo ela uma região turística, o que exigiria cuidado ainda maior com as crianças e adolescentes que lá residem.

Leia também:

[Parlamentares querem ajuda do Ministério da Justiça para coibir abusos em Goiás \(Agência Brasil, 21/04/2015\)](#)

[Casos de abusos de crianças kalunga ocorrem desde década de 90 \(Diário da Manhã, 20/04/2015\)](#)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Juiz determina correição para apurar estupros de vulneráveis em Cavalcante \(TJGO, 22/04/2015\)](#)

Parlamentares querem ajuda do Ministério da Justiça para coibir abusos em Goiás

(Agência Brasil, 21/04/2015) Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados vão procurar o Ministério da Justiça e outros órgãos federais para solicitar apoio no encaminhamento de ações e políticas públicas na cidade goiana de Cavalcante, a 300 quilômetros de Brasília. O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), teme que as denúncias apresentadas na audiência pública aumentem as ameaças à população. “Vamos atuar nesse acompanhamento para que efetivamente qualquer ameaça a qualquer pessoa que tenha participado desse evento seja considerada uma ameaça à comissão, portanto crime de responsabilidade da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, caso seja necessário”, destaca Paulo Pimenta, que também espera atuação mais firme em Cavalcante da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Leia mais:

[Comissão da Câmara apura violência sexual contra meninas quilombolas de Goiás \(Radioagência Nacional - 20/04/2015\)](#)

[Em 9 anos, 34 ações de abuso sexual em Cavalcante \(O Popular - 23/04/2015\)](#)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Parlamentares querem ajuda do Ministério da Justiça para coibir abusos em Goiás \(Agência Brasil, 21/04/2015\)](#)

Casos de abusos de crianças kalunga ocorrem desde década de 90

(Diário da Manhã, 20/04/2015) Goiás guarda um histórico vergonhoso de violência sexual contra minorias. Dessa vez, a denúncia que aflige o Estado é a agressão contra os kalungas, em Cavalcante. Ontem, cerca de 300 pessoas acompanham, no município, a audiência pública especial da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O grupo apura denúncias de abusos e exploração sexual das crianças da Comunidade Quilombola.

Leia mais:

[Parlamentares querem ajuda do Ministério da Justiça para coibir abusos em Goiás \(Agência Brasil, 21/04/2015\)](#)

[Comissão da Câmara apura violência sexual contra meninas quilombolas de Goiás \(Radioagência Nacional, 20/04/2015\)](#)

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Casos de abusos de crianças kalunga ocorrem desde década de 90 \(Diário da Manhã, 20/04/2015\)](#)

Investigação sobre estupro depende da escolha de representante do MP

(Correio Braziliense, 15/04/2015) Um promotor será escolhido pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) para cuidar do estupro que tem como vítima uma kalunga de 12 anos e como indiciado o vice-presidente da

Câmara Municipal de Cavalcante (GO), Jorge Elias Ferreira Cheim (PSD), 62 anos. Como mostrou o Correio na edição de domingo, meninas descendentes de escravos nascidas em comunidades kalungas da Chapada dos Veadeiros são entregues pelos pais a moradores de Cavalcante, por falta de uma escola com ensino médio na cidade e qualquer possibilidade de emprego, além do trabalho braçal, em terras improdutivas nos povoados onde nasceram.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Investigação sobre estupro depende da escolha de representante do MP \(Correio Brasileiro, 15/04/2015\)](#)